



Processo n.º: 9.570/2019-e

Origem: Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF

Origem: Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF

Assunto: Solicitação de fiscalização/Auditoria Operacional

Ementa: Requerimento n.º 27/2019, de autoria do Deputado Distrital Rodrigo Delmasso, aprovado pelo Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio da Portaria GMD n.º 15/2019, requerendo a realização de auditoria operacional com a finalidade de avaliar o andamento e o cumprimento das metas, objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF, instituído por meio da Lei Distrital n.º 4.566/2011. Decisão n.º 1.786/2019: conhecimento da solicitação de fiscalização da CLDF e dos demais documentos juntados aos autos; determinação à Segem/TCDF para que realize auditoria operacional para avaliar o andamento e o cumprimento das metas, objetivos e diretrizes estabelecidas no PDTU/DF, considerando os aspectos mencionados no Requerimento n.º 27/2019, autorizando que a fiscalização seja inserida no Plano Geral de Ação de 2020, caso o titular da unidade instrutiva responsável conclua que a realização da auditoria em comento ainda em 2019 inviabilizará a consecução de outras fiscalizações de igual relevo que já se encontram programadas; e ciência do *decisum* à CLDF. Auditoria Operacional tendo por objeto a as metas, objetivos e diretrizes estabelecidas no PDTU/DF, bem como a locação de espaços publicitários nos veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo (STPC). Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria. Relatório Prévio de Auditoria. Decisão n.º 4.768/2021: conhecimento da versão prévia do relatório de auditoria e encaminhamento de cópia do Relatório Prévio de Auditoria ao titular da Semob/DF, para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, na forma da Resolução n.º 271/2014-TCDF. Manifestação da Semob/DF. Decisão n.º 3.796/2022: conhecimento do Relatório Final de Auditoria; e determinações à Semob/DF, devendo a jurisdicionada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, informar à Corte sobre as medidas adotadas. Decisão n.º 4.596/2023: considerar, em relação à Decisão n.º 3.796/2022, atendidos os itens III.c e III.e.ii, não cumprido o item III.a, parcialmente atendidos os itens III.b.iii, III.e.i, III.e.iii e III.g, e prejudicado o item III.d.i; considerar não atendido o item III da Decisão n.º 3.353/2022; reiterar à Semob/DF os itens III.a, III.b.i, III.b.ii, III.b.iii, III.d.ii, III.e.i, III.e.iii, III.f e III.g da Decisão nº 3.796/2022 e o item III da Decisão nº 3.353/2022; e determinações à Semob/DF. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligências. Unidade instrutiva sugere ao Tribunal: considerar, quanto à Decisão n.º 3.796/2022, atendido o item III.b.ii, parcialmente atendidos os itens III.a, III.b.i, III.e.i e III.e.ii, não atendidos os itens III.b.iii e III.d.ii, e prejudicado o item III.g; ter por não atendido o item III da Decisão n.º 3.353/2022 e por parcialmente atendidas as diligências constantes do item IV da Decisão n.º 4.596/2023; reiterar diligências pendentes; e exarar determinações à Semob/DF, para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias; e alertar o titular da jurisdicionada que acerca da possibilidade de aplicação de multa pela Corte no caso de não atendimento das determinações sem causa justificada, conforme previsto no art. 57 da LO/TCDF. Aquiescência do Ministério Público. VOTO convergente, com ajustes redacionais.



RELATÓRIO

Os autos foram inaugurados para tratar do Requerimento n.º 27/2019, de autoria do então Deputado Distrital Rodrigo Delmasso, aprovado pelo Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio da Portaria GMD n.º 15/2019, requerendo, em suma, a realização de auditoria operacional com a finalidade de avaliar o andamento e o cumprimento das metas, objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF, instituído por meio da Lei Distrital n.º 4.566/2011 (e-DOC 4E24D634-c).

Após a regular instrução processual, o Plenário, considerando o disposto no **Relatório Final de Auditoria** (e-DOC 910C8DD4-e), prolatou a **Decisão n.º 3.796/2022** (e-DOC 7B678B46-e), de 31.08.2022, assim redigida:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 639/2022-SEMOB/GAB (e-DOC D1DA04ED-c) e dos seus respectivos anexos (peças 104/148), encaminhados pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF; b) da Informação n.º 60/2022-DIGEM3 (e-DOC 26114CD0-e); c) da Matriz de Achados (e-DOC F4955663-e); d) do Relatório Final de Auditoria (e-DOC 910C8DD4-e); II – considerar satisfatoriamente atendidos os itens V.a e V.b da Decisão n.º 2.536/2018; III – determinar à Semob/DF que: a) consolide, monitore e atualize as informações do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em banco de dados georreferenciado, em cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei Distrital n.º 4.566/2011, de forma a promover o acompanhamento da execução dos custos efetivamente incorridos (achado 1.1); b) em relação ao PDTU/DF: i) preveja objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do Distrito Federal (achados 1.2 e 1.3); ii) avalie a conveniência e a oportunidade da adoção de mecanismos orçamentários que priorizem a alocação de recursos para os investimentos nas áreas de mobilidade urbana e transporte coletivo previstos no futuro plano (achados 1.2 e 1.3); iii) estabeleça procedimentos administrativos que possibilitem o controle efetivo sobre o atingimento dos objetivos/metasp do Plano, designando de forma clara os setores competentes para o acompanhamento e fiscalização, permitindo, inclusive, a responsabilização de servidores e gestores por eventuais ineficiências (achados 1.2 e 1.3); c) promova campanhas informativas com maior efetividade junto à população sobre os benefícios da integração tarifária e operacional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF (achado 1.4); d) adote todas as medidas necessárias à efetiva: i) integração tarifária com o entorno, inclusive para a regularização da prestação do serviço (achado 1.4); ii) implantação do Centro de Controle Operacional – CCO do STPC/DF (achado 1.5); e) informe os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela comissão constituída por meio da Portaria n.º 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021, em relação: i) à resolução das pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021- Semob/DF; ii) à efetividade do controle exercido



pela Semob/DF sobre as receitas oriundas dos contratos posteriores às referidas portarias (achados 2.1, 2.2 e 2.3); f) preveja, no edital da futura concorrência do STPC/DF, mecanismos efetivos de controle das receitas a serem compartilhadas entre concessionárias e Poder Concedente (achados 2.1, 2.2 e 2.3); g) em relação aos contratos de locação de espaços publicitários nos veículos do STPC/DF anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF, adote providências para formalização de aditivos, de modo a fazer constar de forma detalhada todos os itens locados e os respectivos valores unitários; h) informe ao Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as medidas adotadas para o fiel cumprimento das diligências constantes das alíneas “a” a “g” retro; IV – autorizar: a) o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Semob/DF e à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins.”

A Semob/DF se pronunciou mediante o Ofício n.º 653/2023-SEMOB/GAB (e-DOC E7CB5065-c), o Ofício n.º 687/2023-SEMOB/GAB (e-DOC 7209A019-c), e os anexos correspondentes.

Ainda, registre-se que no âmbito do Processo n.º 00600-00002153/2021-56-e¹ foi exarada a **Decisão n.º 3.353/2022** (e-DOC 4B6CAFEF-e), desta forma:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 409/2022 - METRO-DF/PRE/GAB (peça 108) e anexos (peças 109 a 114); b) dos Ofícios nºs 1433 e 1459/2022 - SEMOB/GAB (peças 104 e 107) e anexos (peças 93 a 103; 104 a 106); c) da Informação nº 80/2022 - DIGEM3 (peça 115); d) do Parecer nº 555/2022 - G1P (peça 118); II – considerar não cumpridos os itens III.a.3 e III.c da Decisão nº 3.442/2021, deixando de reiterá-los; III – **determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB/DF que adote as devidas providências para obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real das taxas de ocupação dos veículos do STPC/DF, bem como dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas, dotando o Centro de Controle Operacional - CCO das informações necessárias para tal;** IV – autorizar: a) o envio desta decisão, bem como do relatório/voto do Relator que a fundamenta, à SEMOB/DF e ao gabinete do Deputado Distrital Leandro Antônio Grass Peixoto; b) a ciência do representante do Ministério Público junto à Corte, signatário da exordial; **c) o acompanhamento do cumprimento da determinação constante do item III retro no Processo nº 9.570/2019, determinando a juntada de cópia desta decisão àqueles autos;** d) a restituição dos autos à SEGEM, para arquivamento. O Conselheiro ANDRÉ CLEMENTE comunicou que cessaram os fundamentos motivadores da sua suspeição para atuar nos autos.” (destaquei)

Relativamente a esse último *decisum*, a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô/DF remeteu à Corte o Ofício n.º 535/2022-

¹ Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo MPJTCDF, versando acerca de suposta ausência de adoção de medidas sanitárias e de proteção à saúde no transporte público no Distrito Federal durante a pandemia de Covid-19.



METRO-DF/PRE/GAB (e-DOC 5F67AA16-c) juntamente com os seus anexos (peças 162/166).

No último giro destes autos, o Tribunal proferiu a **Decisão n.º 4.596/2023** (e-DOC B8273634-e), *in verbis*:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 653/2023-SEMOB/GAB (e-DOC E7CB5065-c), do Ofício nº 687/2023-SEMOB/GAB (e-DOC 7209A019-c) e dos anexos correspondentes, encaminhados pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF; b) do Ofício nº 535/2022-METRODF/PRE/GAB (e-DOC 5F67AA16-c) e dos seus respectivos anexos (Peça nºs 162/166), remetidos pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô/DF; c) da Informação nº 76/2023-DIGEM2 (e-DOC 50DD3ECF-e); d) do Parecer nº 881/2023-G1P (e-DOC 65D22E79-e); II – considerar: a) em relação à Decisão nº 3.796/2022, atendidos os itens III.c e III.e.ii, não cumprido o item III.a, parcialmente atendidos os itens III.b.iii, III.e.i, III.e.iii e III.g, e prejudicado o item III.d.i; b) não atendido o item III da Decisão nº 3.353/2022; III – reiterar à Semob/DF os itens III.a, III.b.i, III.b.ii, III.b.iii, III.d.ii, III.e.i, III.e.iii, III.f e III.g da Decisão nº 3.796/2022 e o item III da Decisão nº 3.353/2022; IV – determinar à Semob/DF que: a) conclua a cobrança dos valores devidos pelas concessionárias referentes às pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF; b) em relação às receitas oriundas da exploração publicitária em veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, desenvolva mecanismos de fiscalização e controle da arrecadação que não dependam apenas de informações prestadas pelas concessionárias de transporte; c) adote medidas para garantir o cumprimento da Portaria nº 104/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 16.07.2021; d) encaminhe à Corte os resultados dos trabalhos efetuados pela comissão instituída mediante a Portaria nº 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021, e as providências adotadas pela jurisdição, no que tange à possíveis irregularidades e fraudes atinentes aos contratos de exploração publicitária nos veículos do STPC/DF; V – informar a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as providências adotadas para o fiel cumprimento dos itens III e IV retro, apresentando documentação comprobatória; VI – alertar a Semob/DF que o atendimento do item III.f da Decisão nº 3.796/2022 será examinado pelo TCDF em sede de futuro procedimento fiscalizatório; VII – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Semob/DF; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins, observado o disposto no item VI precedente;” (grifos acrescidos)

A Semob/DF prestou esclarecimentos mediante o Ofício n.º 1182/2024-SEMOB/GAB (e-DOC 2F110969-c) e a documentação anexa constante do Processo de Barramento n.º 00600-00014171/2023-42-e.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA**

A unidade instrutiva contextualizou o feito e analisou a matéria por meio da Informação n.º 91/2024-DIGEM2 (e-DOC 4DC49644-e), conforme reproduzido a seguir, com ajustes de forma:

“(...)

6. Esta informação analisará, preliminarmente, o cumprimento das diligências constantes dos itens das Decisões n.ºs 3796/2022 e 3353/2022, reiterados pela Decisão n.º 4596/2023, bem como das diligências constantes dos itens IV.a a IV.d do último decisum. Elaborar-se-ão, por fim, as conclusões e as sugestões.

III - Exame do cumprimento do item III da Decisão n.º 3796/2022, reiterado pelo item III da Decisão n.º 4596/2023

III.1 - Item III.a

7. No item III.a da Decisão n.º 3796/2022, reiterado pelo item III da Decisão n.º 4596/2023, esta Corte determinou à Semob/DF que consolidasse, monitorasse e atualizasse as informações do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em banco de dados georreferenciado, em cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei Distrital n.º 4.566/2011, de forma a promover o acompanhamento da execução dos custos efetivamente incorridos.

8. A Secretaria, em função da diligência em destaque, ressalta (Ofício n.º 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):²

No que se refere ao item, informamos que estão sendo realizados esforços para a compilação das informações do PDTU, bem como realização de ações para atualização do citado documento, como o levantamento de dados de execução das ações do PDTU 2011-2020, atualização e prosseguimento ao processo de atualização e revisão do PDTU 2011, levantamento das obras e ações do PDTU 2011-2020, elaboração do novo PDTU e do Plano de Mobilidade, levantamento de dados georreferenciados da execução de obras do PDTU 2011-2020, elaboração de projeto de aquisição de solução de GIS para mapeamento das ações do PDTU, realização de micro e macrossimuladores de tráfego nos projetos de sistema viário para transporte coletivo, desenvolvimento de projeto para o GeoPortal da Mobilidade que contemple solução de GIS para mapeamento das ações do PDTU, e elaboração de Documento de Oficialização de Demanda (DOD) para aquisição de Softwares de armazenamento de arquivos de projetos. Esclarecemos que o Despacho SEMOB/SUOP/COPEM (130203846) apresenta o status de andamento detalhado das ações para atendimento ao item.

9. Extrai-se, da resposta da Jurisdicionada, que, em obediência ao inciso VII do art. 5º da Lei n.º 4.566/2011³, ainda está em implantação o banco de dados georreferenciado dos ativos de mobilidade do Distrito Federal construídos ao longo da vigência do PDTU de 2011-2020 com informações relativas à execução dos projetos e aos custos incorridos (GeoPortal da Mobilidade).

² Tendo em vista que o original desse ofício possui partes das informações incompletas devido ao formato do arquivo, criou-se o documento de peça 220, a partir do original constante do Sistema de Informações SEI, utilizando-se os códigos verificador 139432869 e CRC AA8DA432.

³ Art. 6º O Poder Público promoverá o aumento da participação do transporte público coletivo no atendimento à demanda de interesse do Distrito Federal mediante:

(...)

VII – consolidar, monitorar e atualizar as informações do PDTU/DF em um Banco de Dados Georreferenciado.



10. Segundo Despacho da Coordenação de Planos e Estudos em Mobilidade da Semob, a implantação efetiva do referido banco de dados está prevista para ocorrer **em 2025** (págs. 1/4 da peça 218).

11. Esta Casa pode: **(a)** considerar, então, **parcialmente atendida** a diligência em destaque e **(b)** **reiterar** o item III.a da Decisão nº 3796/2022 para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias⁴.

III.2 - Item III.b.i

12. O TCDF, no item III.b.i da Decisão nº 3796/2022, reiterado pelo item III da Decisão nº 4596/2023, ordenou que a Secretaria, em relação ao futuro PDTU/DF, previsse objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do Distrito Federal.

13. Sobre o item, a Pasta Distrital informa que assinou convênio com a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – FEPSE (Convênio nº 01/2024 SEMOB-LABTRANS-FEPESE). O Laboratório de Transporte e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina atualizará, mediante o referido ajuste, o PDTU e elaborará o Plano de Mobilidade (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220).

14. A equipe técnica da Semob passará, então, à instituição contratada as diretrizes para elaboração do projeto do novo PDTU, incluindo a determinação do item III.b.i da Decisão nº 4596/2023.

15. Observa-se que a Jurisdicionada pretende compatibilizar as metas e os objetivos do futuro Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF com a capacidade financeira do Distrito Federal, quando da elaboração do projeto de lei e dos respectivos estudos técnicos fundamentadores.

16. Entretanto, somente será possível avaliar o cumprimento efetivo desta deliberação plenária com o envio do projeto de lei do futuro PDTU à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF. **Isso só ocorrerá com a conclusão dos trabalhos decorrentes do Convênio nº 01/2024 SEMOB-LABTRANS-FEPESE.**

17. Por oportuno, relata-se que há informação, de 8.04.2024, constante da página eletrônica da Agência Brasília do governo do Distrito Federal, relativa à celebração do mencionado convênio⁵.

18. Assim, considera-se que as medidas informadas são suficientes para ter por **parcialmente atendida** a deliberação da Corte, restando **reiterar** o item III.b.i da Decisão nº 3796/2022 para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias).

III.3 - Item III.b.ii

19. No item III.b.ii da Decisão nº 3796/2022, reiterado pelo item III da Decisão nº 4596/2023, esta Casa determinou à Semob/DF que avaliasse a conveniência e a oportunidade da adoção de mecanismos orçamentários que priorizem a alocação de recursos para os investimentos nas áreas de mobilidade urbana e transporte coletivo previstos no futuro plano.

20. A Jurisdicionada, no tocante à diligência, ressalva (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Quanto ao item, informamos que a SEMOB na elaboração do PPA utiliza-se do PDTU para elencar as prioridades orçamentárias, contudo, o orçamento

⁴ O prazo estipulado justifica-se devido à complexidade da execução da diligência em apreço. Esse prazo será indicado para todas as determinações sugeridas nesta informação em virtude também das suas complexidades.

⁵ <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2024/04/08/atualizacao-do-plano-diretor-de-transporte-urbano-tem-inicio-nesta-terceira-9/>



geral do GDF está a cargo da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC).

21. Entende-se que a resposta da Semob/DF permite concluir pelo atendimento da deliberação plenária. Ao incluir no Plano Plurianual Anual do Distrito Federal⁶ as obras do PDTU como prioritárias, a elaboração das leis orçamentárias anuais seguirá essa priorização como diretriz. Vale realçar, contudo, que a feitura do orçamento do DF é tarefa da SEEC. O texto final da Lei Orçamentária Anual - LOA/DF cabe, por sua vez, à Câmara Legislativa do DF. Ou seja, dentro das competências legais, a Jurisdicionada só pode indicar as obras de mobilidade que julga prioritárias.

22. Dentro dessa perspectiva, a diligência prevista no item III.b.ii da Decisão nº 3796/2022 pode ser **considerada atendida**.

III.4 - Item III.b.iii

23. O TCDF deliberou, mediante o item III.b.iii da Decisão nº 3796/2022, reiterado pelo item III da Decisão nº 4596/2023, no sentido que a Jurisdicionada estabelecesse procedimentos administrativos que possibilitem o controle efetivo sobre o atingimento dos objetivos/metasp do PDTU, designando de forma clara os setores competentes para o acompanhamento e fiscalização, permitindo, inclusive, a responsabilização de servidores e gestores por eventuais ineficiências.

24. A Secretaria, no tocante à determinação em análise, relata (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Acerca da determinação, informamos que foi assinado o Convênio nº 01/2024 SEMOB-LABTRANS-FEPESE cujo objeto é a atualização do PDTU e elaboração do Plano de Mobilidade, cujo Extrato de Convênio nº 01/2024 foi publicado no DODF nº 33, de 19 de fevereiro de 2024, que será realizado pelo LABTRANS, cujos objetivos e metas serão redefinidos em função dos resultados alcançados, momento em que a SEMOB, em atendimento ao item III.b.iii, designará a estrutura necessária para a efetiva implantação do plano PDTU atualizado.

25. Verifica-se que a Semob/DF só irá designar a estrutura administrativa necessária ao controle sobre o atingimento dos objetivos e das metas do **futuro** PDTU após a conclusão dos trabalhos decorrentes do Convênio nº 01/2024 SEMOB-LABTRANS-FEPESE.

26. Observa-se que, apesar de ter adotado algumas medidas como a assinatura do ajuste destinado à elaboração do projeto do futuro PDTU, isso não se mostra suficiente para atender ao deliberado por esta Corte, haja vista existir um PDTU em vigência e a determinação foi para que a Secretaria criasse, mediante o estruturamento administrativo da Pasta, mecanismos de controle acerca do atingimento dos objetivos e metas do Plano Diretor, obviamente daquele existente.

27. Dessa forma, entende-se que o Tribunal pode considerar **não atendida a determinação** constante do item em exame, devendo ser reiterada para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III.5 - Item III.d.ii

28. O TCDF determinou que a Secretaria adotasse todas as

⁶ O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.



medidas necessárias à efetiva implantação do Centro de Controle Operacional – CCO do STPC/DF.

29. Em relação à diligência em tela, a Pasta Distrital informa (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 218):

Sobre o item, esclarecemos que esta Secretaria está conduzindo processo licitatório com vistas à implantação do Centro de Controle Operacional (CCO) e, até que o certame seja concluído, estamos procedendo à celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. (TCB) para implantação do Centro de Controle Operacional (CCO).

30. A inexistência do Centro de Controle Operacional em funcionamento impede que a Secretaria tenha um controle técnico-operacional moderno, preciso, otimizado e tempestivo do STPC/DF.

31. Em 17.6.2024 foi publicada no DODF nº 113, p. 19, a Portaria Conjunta nº 02, de 14.6.2024⁷, mediante a qual a Semob delega à TCB o monitoramento e a supervisão da operação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, por meio do Centro de Controle Operacional (CCO).

32. Note-se que houve **apenas** a delegação de competência do monitoramento da operação do STPC, via CCO, para a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, o que não atende à deliberação deste Tribunal, que determinou à Semob a adoção de medidas necessárias à efetiva implantação do Centro de Controle Operacional.

33. Conforme art. 13 da mencionada Portaria, a delegação de que se trata “vigorará pelo período de 12 meses, contados a partir da data de início da operação do CCO, em data a ser definida entre a SEMOB e a TCB, podendo ser renovados por igual período, à conveniência da SEMOB e da TCB, ou até a conclusão do processo licitatório inserto no Processo nº 00090-00000454/2024-31”.

34. Conforme apontado no Relatório Final de Auditoria, desde 2018, quando ainda estava em vigência o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018, celebrado entre o então Detran e o Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do DF – CODESE, o Governo do Distrito Federal almeja implantar o CCO do STPC/DF, mas ainda não logrou êxito (págs. 39/42 da Peça 151).

35. Ou seja, passados aproximadamente seis anos, a Pasta Distrital informa que **ainda** “... está conduzindo processo licitatório com vistas à implantação do Centro de Controle Operacional (CCO)”. A situação indica inépcia administrativa na condução da matéria.

36. Diante das informações prestadas considera-se **não atendido** o comando desta Corte de Contas, devendo-se, pois, reiterar o item III.d.ii da Decisão nº 3796/2022 para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

37. Ainda, considerando o longo interstício temporal decorrido desde a deliberação plenária para a instauração de procedimento licitatório, reputa-se pertinente alertar o titular da Pasta para a possibilidade de imposição da sanção pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência determinada pelo relator ou Tribunal, prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 272, IV, do Regimento Interno desta Corte.

III.6 - Itens III.e.i e III.e.ii

⁷https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3ffbc6c2e2b43acaeb710dea2e3c6bb/Portaria_Conjunta_2_14_06_2024.html



38. Nesse ponto, o TCDF deliberou, nos itens III.e.i e III.e.ii da Decisão nº 3796/2022, para que a Semob informasse os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela comissão constituída por meio da Portaria n.º 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021, em relação: i) à resolução das pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF e ii) à efetividade do controle exercido pela Semob/DF sobre as receitas oriundas dos contratos posteriores às referidas portarias.

39. A Jurisdicionada assim se manifesta acerca das diligências (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

III.6.1 – Quanto ao Item III.e.i

Sobre o item, destacamos que na Informação nº 76/2023 - Segem/Digem2 (127186130) há posicionamento no sentido de que, como a determinação da Corte de Contas foi exarada há mais de um ano, considera-se pertinente que o trabalho iniciado pela Comissão designada seja concluído o mais rapidamente possível e as quantias sejam efetivamente destinadas ao erário distrital. Preliminarmente, destacamos que atualmente esta atividade é de responsabilidade da Unidade de Gerenciamento e Controle das Receitas dos Contratos de Concessão e Preços Públicos (UNICONP), conforme Decreto nº 44.886, de 24 de agosto de 2023, publicado no DODF nº 162, de 25 de agosto de 2023, que alterou a estrutura administrativa da SEMOB. Ressaltamos ainda que os trabalhos se encontram em andamento, estando próximos de serem finalizados. O tempo considerável para realização do levantamento é justificado pelas dificuldades quanto à localização de informações e documentos históricos, tendo em vista que os controles anteriores podem ser considerados deficientes tanto pelas operadoras quanto pelo órgão gestor. Destacamos ainda a necessidade de esgotamento de todas as possibilidades quanto à busca de informações, de forma a se adotar a ação considerada definitiva, que seria a aplicação do § 3º do Art. 16 da Portaria SEMOB nº 83, de 14/05/2021, a qual estabelece que os valores devidos e não recolhidos pelos operadores do STPC/DF, em razão da exploração de publicidade, serão glosados nos créditos a receber. Ademais, atualizando as informações prestadas anteriormente por meio do Ofício Nº 653/2023 - SEMOB/GAB, comunicamos que até a presente data foram identificados um total de 265 contratos e aditivos, estando 7 vigentes, conforme tabela (133435200) em anexo, que apresenta a relação de contratos e aditivos por operadora. Na presente data temos um total de R\$ 4.944.473,28 (quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos) recebidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e confirmados, conforme tabela (133435078).

III.6.2 – Quanto ao Item III.e.ii

Na Informação nº 76/2023 - Segem/Digem2 (127186130) há posicionamento no sentido de que a Semob/DF desenvolva mecanismos de fiscalização da arrecadação dos recursos independentes da ação das empresas de ônibus, de modo a conferir maior exatidão e confiabilidade nas ações adotadas pela jurisdicionada, tendo em vista que os operadores de transporte público informam os valores auferidos com a exploração publicitária e a Secretaria realiza seu controle a partir dessas informações. Sobre o assunto, informamos que foi instaurado processo que visa iniciar a realização de auditoria dos contratos de exploração publicitária, na forma estabelecida na Portaria nº 83, de 14 de maio de 2021, sendo que a iniciativa assegura a transparência e a eficiência na gestão dos serviços de transporte, reconhecendo a importância dos contratos de publicidade para a sustentabilidade financeira do sistema e fortalecer a integridade do STPC/DF.



40. Em relação aos contratos anteriores às Portarias Semob nºs 83/2021 e 117/2021, **item III.e.i da Decisão nº 3796/2022 (reiterado pelo item III da Decisão nº 4596/2023)**, observa-se que a Pasta Distrital informa estar realizando todos os esforços possíveis para levantamento dos valores devidos pelas concessionárias. Os trabalhos, segundo a Secretaria, estão em estágio final. Pode-se considerar **parcialmente atendida** a diligência em apreço. Resta, ainda, reiterá-la para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

41. Quanto ao **item III.e.ii da Decisão nº 3796/2022 (reiterado pelo item III da Decisão nº 4596/2023)**, a resposta apresentada pela Jurisdicionada denota que será realizada auditoria nos contratos de exploração publicitária em veículos do STPC/DF posteriores às Portarias – Semob nºs 83/2021 e 117/2021 melhoraram.

42. Entende-se que o procedimento fiscalizatório específico supre, em parte, a diligência em destaque, podendo o TCDF considerá-la **parcialmente cumprida**, devendo-se ser reiterada para determinar à Semob que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, informe a esta Corte os resultados efetivamente alcançados em razão da mencionada auditoria.

III.7 - Item III.f

43. Esta Casa determinou que a Semob previsse, no edital da futura concorrência do STPC/DF, mecanismos efetivos de controle das receitas a serem compartilhadas entre concessionárias e Poder Concedente (achados 2.1, 2.2 e 2.3).

44. Sobre o tema, a Pasta Distrital responde (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Informamos Sobre o assunto, conforme manifestação da Informação nº 76/2023 - Segem/Digem2 (127186130), apenas foi emitido alerta à SEMOB que o atendimento a este item f será objeto de verificação quando do lançamento de futuro edital de licitação.

45. A resposta da Secretaria não aborda concretamente sobre o cumprimento da diligência plenária. Contudo, o atendimento da referida determinação depende da abertura do futuro procedimento licitatório do STPC/DF, assunto em análise no **Processo nº 2902/2022**. O Tribunal pode autorizar que o Corpo Técnico acompanhe o atendimento do item III.f da Decisão nº 3796/2022 naquele processo.

III.8 - Item III.g

46. Nesse quesito, o Tribunal determinou que a Semob adotasse, em relação aos contratos de locação de espaços publicitários nos veículos do STPC/DF anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF, providências para formalização de aditivos aos correspondentes ajustes, de modo a fazer constar de forma detalhada todos os itens locados e os respectivos valores unitários.

47. A Jurisdicionada, acerca da diligência em destaque, pontifica (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Na Informação nº 76/2023 - Segem/Digem2 (127186130) há posicionamento no sentido de que existiam, na época de disponibilização das informações, apenas sete ajustes anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF, sendo ressaltado que os referidos instrumentos aditivos referentes aos contratos de locação de espaços publicitários sejam apresentados ao Tribunal. Preliminarmente, esclarecemos que nem todos os contratos informados como vigentes no Ofício Nº 653/2023 -



SEMOB/GAB foram celebrados antes da edição das mencionadas portarias, sendo demonstradas as informações de vigência dos citados contratos e aditivos no quadro constante no Despacho-SEMOB/SUAG/UNICONP (133509586).

No que se refere ao citado subitem g), foi determinado à SEMOB a adoção de providências para formalização de aditivos aos contratos anteriores às Portarias SEMOB nº 83/2021 e 117/2021. Por se tratar de contratos que não se encontram mais vigentes, entende-se não ser possível a celebração de aditivos, uma vez que os mesmos tiveram seus efeitos jurídicos perfeitos e acabados. Ademais, encaminhamos cópia dos 7 instrumentos descritos (133508719, 133508845, 13350904, 133509168, 133509298, 133509436 e 133509538), esclarecendo que todos os demais 258 contratos localizados se encontram à disposição para fornecimento de suas cópias.

48. Segundo se extrai da resposta apresentada, os contratos anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF não podem ser aditivados com o detalhamento de todos os itens locados e dos respectivos valores unitários, visto que não estão mais vigentes.

49. Não há, realmente, como aditar contratos com a vigência expirada. Dessa feita, entende-se que o item III.g da Decisão nº 3796/2022 **perdeu o objeto**.

IV - Exame do cumprimento do item III da Decisão nº 3353/2022, reiterado pelo item III da Decisão nº 4596/2023

50. A Corte determinou à Semob/DF que adotasse as devidas providências para obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real das taxas de ocupação dos veículos do STPC/DF, bem como dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas, dotando o Centro de Controle Operacional - CCO das informações necessárias para tal.

51. Importante lembrar que o decisum em apreço foi proferido no âmbito do Processo 00600-00002153/2021-56, que tratou de Representação oferecida pelo Ministério Público de Contas em razão das medidas sanitárias e de proteção à saúde adotadas durante a pandemia de Covid-19, atinente ao transporte público coletivo no Distrito Federal.

52. Após as análises pertinentes em função da referida Representação, por força do item IV.c da Decisão nº 3353/2022, o Tribunal determinou o acompanhamento do cumprimento do item III dessa deliberação nos presentes autos.

53. Em relação ao tema, a Semob responde (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Sobre o item, esclarecemos que estão sendo instalados os Validadores com Versão V-6, em substituição à V-5, que permitirá ter as informações em tempo real da operação das viagens e de quantas pessoas acessaram as viagens passando pelas catracas (validadores). Contudo esta Pasta não tem conhecimento sobre a existência de equipamentos que informem o carregamento dos veículos durante a viagens, visto não haver nos veículos equipamentos que informem onde as pessoas estão desembarcando. Destacamos ainda que esta Secretaria está conduzindo processo licitatório com vistas à implantação do Centro de Controle Operacional (CCO) e, até que o certame seja concluído, estamos procedendo à celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. (TCB) para implantação do Centro de Controle Operacional (CCO).

54. A resposta da Jurisdicionada, aliada ao exposto no **item III.5**



desta Informação (§§ 28/36 – item III.d.ii da Decisão nº 3796/2022), demonstra que o levantamento dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção por linhas, só será possível com a implantação do Centro de Controle Operacional – CCO e com a atualização de equipamentos demandada pela Portaria Semob nº 104/2021⁸.

55. O levantamento da taxa de ocupação dos ônibus, segundo a Secretaria, não será possível no momento, pois não existe tecnologia disponível para mensurar o volume de desembarque de passageiros. Ou seja, não é possível obter informações sobre a quantidade de passageiros e o saldo entre passageiros embarcados e desembarcados em determinado momento do dia.

56. Quanto à instalação do CCO, a questão, como exposto, já foi tratada no item III.5 desta Informação, com a proposta de reiteração do item III.d.ii da Decisão nº 3796/2022.

57. Extrai-se das informações da Jurisdicionada que não houve a efetiva implementação do CCO, razão de se considerar **não atendido** o item III da Decisão nº 3353/2022, devendo ser reiterado com a seguinte redação: **adote as devidas providências para obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas, dotando o Centro de Controle Operacional - CCO das informações necessárias para tal.** A Jurisdicionada deve informar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o deslinde das medidas adotadas em função da deliberação plenária em comento.

58. Também, reputa-se pertinente alertar o titular da jurisdicionada a possibilidade de imposição da sanção pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência determinada pelo relator ou Tribunal, prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 272, IV, do Regimento Interno desta Corte.

V - Exame do Cumprimento do Item IV da Decisão nº 4596/2023

V.1 – Item IV.a

59. Mediante o item IV.a da Decisão nº 4596/2023, o TCDF determinou que a Semob concluisse a cobrança dos valores devidos pelas concessionárias referentes às pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF.

60. A Jurisdicionada, acerca da diligência em destaque, pontifica (Ofício nº1.182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Informamos que as diligências em relação às cobranças dos valores devidos pelas concessionárias estão em andamento, tendo sido emitidos Documentos de Arrecadação (DARs) para pagamento de parte dos montantes auferidos, e identificados montantes antes não localizados. Como forma de demonstrar que as cobranças e levantamentos estão em andamento, informamos a evolução dos montantes antes apresentados por meio do Ofício Nº 653/2023 - SEMOB/GAB e os valores atuais demonstrados na Tabela (133435078), de 2013 a 2021, quando da edição da Portaria SEMOB nº 83/2021, que resulta em uma diferença de R\$

⁸ Dispõe sobre a obrigação de atualização dos equipamentos e recursos tecnológicos relacionados ao Sistema Inteligente de Transporte – SIT e ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA por parte dos operadores do STPC/DF.



62.985,00 (sessenta e dois mil novecentos e oitenta e cinco reais) a mais em relação ao levantamento anterior:

SEMOB - Receitas Publicidade 2013 a 2021 (Ofício nº 653/2023 - SEMOB/GAB) - R\$ 3.825.476,07

SEMOB - Receitas Publicidade 2013 a 2021 (Tabela 133435078) - R\$ 3.888.461,07

61. Apesar dos esforços informados pela Secretaria, não houve conclusão da cobrança dos valores devidos pelas concessionárias referentes às pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021- Semob/DF. Resta considerar **parcialmente atendida** a diligência plenária em relevo, cabendo sua reiteração, para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias.

V.2 – Item IV.b

62. Esta Corte, no item IV.b da Decisão nº 4596/2023, deliberou para que a Semob, em relação às receitas oriundas da exploração publicitária em veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, desenvolvesse mecanismos de fiscalização e controle da arrecadação que não dependam apenas de informações prestadas pelas concessionárias de transporte.

63. Em relação ao tema, a Semob responde (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Sobre o assunto, informamos que foi instaurado processo que visa iniciar a realização de auditoria dos contratos de exploração publicitária, na forma estabelecida na Portaria nº 83, de 14 de maio de 2021, sendo que a iniciativa assegura a transparência e a eficiência na gestão dos serviços de transporte, reconhecendo a importância dos contratos de publicidade para a sustentabilidade financeira do sistema e fortalecer a integridade do STPC/DF.

64. A realização de auditoria na execução dos contratos de publicidade entre as agências e concessionárias de transporte coletivo do DF na forma prevista no art. 17 da Portaria nº 83/2021⁹ atende, em parte, aos objetivos da diligência em comento. O Tribunal pode, assim, considerá-la **parcialmente atendida**., devendo-se ser reiterada para determinar à Semob que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, informe a esta Corte os resultados efetivamente alcançados em razão da mencionada auditoria.

V.3 – Item IV.c

65. Nesse quesito, o Tribunal determinou que a Semob adotasse medidas para garantir o cumprimento da Portaria nº 104/2021-Semob/DF¹⁰, publicada no DODF de 16.07.2021.

66. Sobre o tema, a Jurisdicionada responde (Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Por se tratar da obrigação de atualização dos equipamentos e dos recursos tecnológicos relacionados ao SIT e ao SBA, informamos que esta Pasta

⁹ Art. 17. Fica garantida à SEMOB/DF a realização de auditoria dos contratos de exploração publicitária.

§ 1º Compete à Subsecretaria de Fiscalização, Auditoria e Controle a realização das atividades de que trata o caput.

§ 2º A constatação de irregularidade na veiculação de publicidade ensejará a aplicação das sanções disciplinares cabíveis ao caso, com base no Código Disciplinar Unificado do STPC/DF, aprovado pela Lei nº 3.106/2002.

§ 3º Verificada a veiculação de publicidade sem a devida anuência, utilizar-se-á a tabela referencial para arbitramento de valor compatível com o praticado no mercado, para fins de recolhimento da parcela de 50% em favor do Distrito Federal, pelo tempo em que se explorou a publicidade de maneira irregular.

¹⁰ Dispõe sobre a obrigação de atualização dos equipamentos e recursos tecnológicos relacionados ao Sistema Inteligente de Transporte – SIT e ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.

Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/4fa388cbfebd4bbeba9e7981c919c6d4/Portaria_104_14_07_2021.html



está adotando providências quanto à fiscalização do cumprimento da citada portaria, sendo que serão aplicadas as penalidades cabíveis em caso de não atendimento após o trâmite dos processos administrativos deflagrados. Ademais, apresentamos em anexo tabela (139432819) com os quantitativos de Validadores com Versão V-6 instalados nos veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF).

67. Em que pese os esforços da Pasta Distrital, ainda não há o pleno cumprimento da Portaria nº 104/2021-Semob/DF, normativo editado há mais de dois anos.

68. À peça 219 consta tabela com o indicativo das quantidades de veículos cadastrados no STPC de validadores V-6 instalados.

69. Resta a esta Corte considerar **parcialmente atendida** a diligência em comento e reiterá-la para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

V.3 – Item IV.d

70. O TCDF, no item IV.d da Decisão nº da Decisão nº 4596/2023, resolveu determinar à Semob que encaminhasse à Corte os resultados dos trabalhos efetuados pela comissão instituída mediante a Portaria nº 93/2021- Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021, e as providências adotadas pela jurisdicionada, no que tange às possíveis irregularidades e fraudes atinentes aos contratos de exploração publicitária nos veículos do STPC/DF.

71. A Jurisdicionada, acerca da diligência em destaque, pontifica (Ofício nº1.182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220):

Na Informação nº 76/2023 - Segem/Digem2 (127186130) há posicionamento no sentido de que, como a determinação da Corte de Contas foi exarada há mais de um ano, considera-se pertinente que o trabalho iniciado pela Comissão designada seja concluído o mais rapidamente possível e as quantias sejam efetivamente destinadas ao erário distrital. Preliminarmente, destacamos que atualmente esta atividade é de responsabilidade da Unidade de Gerenciamento e Controle das Receitas dos Contratos de Concessão e Preços Públicos (UNICONP), conforme Decreto nº 44.886, de 24 de agosto de 2023, publicado no DODF nº 162, de 25 de agosto de 2023, que alterou a estrutura administrativa da SEMOB. Ressaltamos ainda que os trabalhos se encontram em andamento, estando próximos de serem finalizados. O tempo considerável para realização do levantamento é justificado pelas dificuldades quanto à localização de informações e documentos históricos, tendo em vista que os controles anteriores podem ser considerados deficientes tanto pelas operadoras quanto pelo órgão gestor. Destacamos ainda a necessidade de esgotamento de todas as possibilidades quanto à busca de informações, de forma a se adotar a ação considerada mais definitiva, que seria a aplicação do § 3º do Art. 16 da Portaria SEMOB nº 83, de 14/05/2021, que estabelece que os valores devidos e não recolhidos pelos operadores do STPC/DF, em razão da exploração de publicidade, serão glosados nos créditos a receber. Ademais, atualizando as informações prestadas anteriormente por meio do Ofício Nº 653/2023 - SEMOB/GAB, comunicamos que até a presente data foram identificados um total de 265 contratos e aditivos, estando 7 vigentes, conforme tabela (133435200) em anexo, que apresenta a relação de contratos e aditivos por operadora. Na presente data temos um total de R\$ 4.944.473,28 (quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos) recebidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e confirmados, conforme tabela (133435078).

Informamos que as diligências em relação às cobranças dos valores devidos pelas concessionárias estão em andamento, tendo sido emitidos



Documentos de Arrecadação (DARs) para pagamento de parte dos montantes auferidos, e identificados montantes antes não localizados. Como forma de demonstrar que as cobranças e levantamentos estão em andamento, informamos a evolução dos montantes antes apresentados por meio do Ofício Nº 653/2023 - SEMOB/GAB e os valores atuais demonstrados na Tabela (133435078), de 2013 a 2021, quando da edição da Portaria SEMOB nº 83/2021, que resulta em uma diferença de R\$ 62.985,00 (sessenta e dois mil novecentos e oitenta e cinco reais) a mais em relação ao levantamento anterior:

SEMOB - Receitas Publicidade 2013 a 2021 (Ofício nº 653/2023 - SEMOB/GAB) - R\$ 3.825.476,07

SEMOB - Receitas Publicidade 2013 a 2021 (Tabela 133435078) - R\$ 3.888.461,07.

72. Entende-se que as informações fornecidas pela Jurisdicionada demonstram que os trabalhos da comissão instituída mediante a Portaria nº 93/2021- Semob/DF ainda não se encerraram.

73. Também, consideram-se plausíveis as justificativas apresentadas para não ter ocorrido, ainda, a finalização dos trabalhos da referida comissão.

*74. Resta considerar **parcialmente atendida** a diligência plenária em relevo, cabendo sua reiteração, para cumprimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.*

VI - Conclusões

75. Quanto aos itens da Decisão nº 3796/2022, têm-se:

- a. atendido o item III.b.ii;*
- b. parcialmente atendidos os itens III.a, III.b.i, III.e.i e III.e.ii;*
- c. não atendidos os itens III.b.ii e III.d.ii;*
- d. seja realizado o acompanhamento do cumprimento do item III.f no Processo nº 2.902/2022;*
- e. prejudicado o comando do item III.g.*

76. Quanto à Decisão nº 3353/2022, tem-se por não atendido o item III.

77 No tocante à Decisão nº 4.596/2023, têm-se por parcialmente atendidos os itens IV.a, IV.b, IV.c e IV.d

78. Diante das conclusões alcançadas nos exames da presente fase processual, serão emitidas sugestões ao Tribunal, em especial quanto aos itens que necessitam de acompanhamento futuro. O estabelecimento do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para cumprimento das diligências propostas decorre da sua complexidade. Esse prazo evita, ainda, a instrução deste feito sem que a Jurisdicionada tenha tido tempo hábil para adotar as medidas de sua responsabilidade.

79. Faz-se necessário, também, alertar o titular da Semob que o não atendimento das determinações deste Tribunal no prazo fixado, sem a apresentação das devidas justificativas poderá ensejar a imposição das sanções pecuniárias previstas no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 272, IV, do Regimento Interno desta Corte de Contas.” (grifos do original)

Diante disso, foram lançadas as seguintes proposições à colenda Corte de Contas:

“I - tomar conhecimento:



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 9.570/19e

a. do Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB (peça 216) com documentação anexa constante do Processo de Barramento nº 00600-00014171/2023-42-e;

b. do Papel de Trabalho acostado aos autos (peça 218);

c. da Tabela de peça 219;

d. desta Informação nº 91/2024-Segem/Digem2;

II - considerar:

a. quanto à Decisão nº 3796/2022:

a.1. atendido o item III.b.ii;

a.2. parcialmente atendidos os itens III.a, III.b.i, III.e.i e III.e.ii;

a.3. não atendidos os itens III.b.iii e III.d.ii;

a.4. prejudicado o item III.g;

b. quanto à Decisão nº 3353/2022, não atendido o item III;

c. quanto à Decisão nº 4596/2023, parcialmente atendidos os itens IV.a, IV.b, IV.c e IV.d;

III - determinar à Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF - Semob/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes medidas, disso dando ciência ao Tribunal, em reiteração aos itens III.a, III.b.i, III.b.iii, III.d.ii, III.e.i e III.e.ii, da Decisão nº 3796/2022, ao item III da Decisão nº 3353/2022 e aos itens IV.a, IV.b, IV.c e IV.d da Decisão nº 4596/2023:

a. consolide, monitore e atualize as informações do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em banco de dados georreferenciado (GeoPortal Mobilidade), em cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei Distrital n.º 4.566/2011, de forma a promover o acompanhamento da execução dos custos efetivamente incorridos (achado 1.1);

b. em relação ao futuro PDTU/DF:

b.1. preveja objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do Distrito Federal (achados 1.2 e 1.3);

b.2. estabeleça procedimentos administrativos que possibilitem o controle efetivo sobre o atingimento dos objetivos/metad do Plano, designando de forma clara os setores competentes para o acompanhamento e fiscalização, permitindo, inclusive, a responsabilização de servidores e gestores por eventuais ineficiências (achados 1.2 e 1.3);

c. informe os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela comissão constituída por meio da Portaria n.º 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021;

d. conclua implantação do Centro de Controle Operacional – CCO do STPC/DF (achado 1.5), permitindo, inclusive, obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas;

e. garanta o efetivo cumprimento da Portaria nº 104/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 16.07.2021;

f. relate os resultados alcançados com a auditoria nos contratos de publicidades, prevista no art. 17 da Portaria nº 83/2021, conforme noticiado no Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB;

IV - alertar o titular da Semob/DF que o não atendimento das determinações deste Tribunal no prazo fixado, sem a apresentação das devidas justificativas, poderá ensejar a imposição das sanções pecuniárias previstas no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 272, IV, do Regimento Interno desta Corte de Contas;



V -autorizar:

- a. a ciência desta Informação, do Relatório/Voto do Relator e da decisão que vier a ser proferida à Semob/DF;*
- b. o acompanhamento do deslinde do item III.f da Decisão nº 3796/2022 no Processo nº 2902/2022;*
- c. o retorno dos autos à Segem para os fins pertinentes.”*

As sugestões apresentadas pelo Auditor de Controle Externo mereceram a anuência do então Diretor da Segunda Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública – Digem2/TCDF (e-DOC 4DC49644-e) e do titular da Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública – Segem/TCDF (e-DOC A5D2C522-e).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF opinou nos termos do Parecer n.º 546/2024-G1P (e-DOC 45476B26-e), subscrito pelo Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque, que assim concluiu:

“(…)

*48. Ante o exposto, esse **Parquet** especial **converge** com as proposições da Unidade Técnica, registradas na Informação nº 91/2024-DIGEM2.”* (grifos originais)

É o relatório.

**VOTO**

No último giro processual, o Tribunal prolatou a **Decisão n.º 4.596/2023**, cujos itens III e IV possuem o seguinte teor:

“III – reiterar à Semob/DF os itens III.a, III.b.i, III.b.ii, III.b.iii, III.d.ii, III.e.i, III.e.iii, III.f e III.g da Decisão n.º 3.796/2022 e o item III da Decisão n.º 3.353/2022;

IV – determinar à Semob/DF que:

a) conclua a cobrança dos valores devidos pelas concessionárias referentes às pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias n.ºs 83/2021 e 117/2021- Semob/DF;

b) em relação às receitas oriundas da exploração publicitária em veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, desenvolva mecanismos de fiscalização e controle da arrecadação que não dependam apenas de informações prestadas pelas concessionárias de transporte;

c) adote medidas para garantir o cumprimento da Portaria n.º 104/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 16.07.2021;

d) encaminhe à Corte os resultados dos trabalhos efetuados pela comissão instituída mediante a Portaria n.º 93/2021- Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021, e as providências adotadas pela jurisdição, no que tange à possíveis irregularidades e fraudes atinentes aos contratos de exploração publicitária nos veículos do STPC/DF;”

A Semob/DF prestou esclarecimentos mediante o Ofício n.º 1182/2024-SEMOB/GAB e a documentação anexa constante do Processo de Barramento n.º 00600-00014171/2023-42-e.

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 91/2024-DIGEM2, ao analisar o cumprimento do item III.a da Decisão n.º 3.796/2022¹¹, afirmou que, de acordo com a jurisdição, a implantação efetiva do banco de dados georreferenciado dos ativos de mobilidade do Distrito Federal está prevista para ocorrer em 2025.

Quanto ao item III.b.i da Decisão n.º 3.796/2022¹², o corpo instrutivo reportou que *“a Pasta Distrital informa que assinou convênio com a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – FEPSE (Convênio n.º 01/2024 SEMOB-LABTRANS-FEPESE). O Laboratório de Transporte e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina atualizará, mediante o referido ajuste, o PDTU e elaborará o Plano de Mobilidade (Ofício n.º 1182/2024 - SEMOB/GAB - peça 220).”* Asseverou, assim, que *“somente será possível avaliar o cumprimento efetivo desta deliberação plenária com o envio do projeto de lei do futuro PDTU à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF. Isso só ocorrerá com a conclusão dos trabalhos decorrentes do Convênio n.º 01/2024 SEMOB-LABTRANS-FEPESE.”*

¹¹ “III – determinar à Semob/DF que: a) consolide, monitore e atualize as informações do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em banco de dados georreferenciado, em cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei Distrital n.º 4.566/2011, de forma a promover o acompanhamento da execução dos custos efetivamente incorridos (achado 1.1);”

¹² “b) em relação ao PDTU/DF: i) preveja objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do Distrito Federal (achados 1.2 e 1.3);”



Em relação ao item III.b.ii da Decisão n.º 3.796/2022¹³, a área instrutiva assinalou que, *“Ao incluir no Plano Plurianual Anual do Distrito Federal as obras do PDTU como prioritárias, a elaboração das leis orçamentárias anuais seguirá essa priorização como diretriz.”*

Sobre o item III.b.iii da Decisão n.º 3.796/2022¹⁴, o órgão instrutivo noticiou que *“a Semob/DF só irá designar a estrutura administrativa necessária ao controle sobre o atingimento dos objetivos e das metas do futuro PDTU após a conclusão dos trabalhos decorrentes do Convênio nº 01/2024 SEMOBLABTRANS-FEPESE.”* Sustentou, portanto, que *“isso não se mostra suficiente para atender ao deliberado por esta Corte, haja vista existir um PDTU em vigência e a determinação foi para que a Secretaria criasse, mediante o estruturamento administrativo da Pasta, mecanismos de controle acerca do atingimento dos objetivos e metas do Plano Diretor, obviamente daquele existente.”*

No que tange ao item III.d.ii da Decisão n.º 3.796/2022¹⁵, a Segem/TCDF salientou que *“houve apenas a delegação de competência do monitoramento da operação do STPC, via CCO, para a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, o que não atende à deliberação deste Tribunal, que determinou à Semob a adoção de medidas necessárias à efetiva implantação do Centro de Controle Operacional.”*

Relativamente aos itens III.e.i e III.e.ii da Decisão n.º 3.796/2022¹⁶, a unidade instrutiva afirmou, a partir dos esclarecimentos prestados pela Semob/DF, que a jurisdicionada está *“realizando todos os esforços possíveis para levantamento dos valores devidos pelas concessionárias. Os trabalhos, segundo a Secretaria, estão em estágio final.”* Acrescentou que *“a resposta apresentada pela Jurisdicionada denota que será realizada auditoria nos contratos de exploração publicitária em veículos do STPC/DF posteriores às Portarias – Semob nºs 83/2021 e 117/2021”* e que *“o procedimento fiscalizatório específico supre, em parte, a diligência em destaque”*.

Quanto ao III.f da Decisão n.º 3.796/2022¹⁷, o corpo instrutivo aduziu que *“A resposta da Secretaria não aborda concretamente sobre o cumprimento da diligência plenária.”* Ponderou, contudo, que *“o atendimento da referida determinação depende da abertura do futuro procedimento licitatório do STPC/DF, assunto em análise no Processo nº 2902/2022. O Tribunal pode autorizar que o Corpo Técnico acompanhe o atendimento do item III.f da Decisão nº 3796/2022 naquele processo.”*

¹³ “b) em relação ao PDTU/DF: (...) ii) avalie a conveniência e a oportunidade da adoção de mecanismos orçamentários que priorizem a alocação de recursos para os investimentos nas áreas de mobilidade urbana e transporte coletivo previstos no futuro plano (achados 1.2 e 1.3);”

¹⁴ “b) em relação ao PDTU/DF: (...) iii) estabeleça procedimentos administrativos que possibilitem o controle efetivo sobre o atingimento dos objetivos/metad do Plano, designando de forma clara os setores competentes para o acompanhamento e fiscalização, permitindo, inclusive, a responsabilização de servidores e gestores por eventuais ineficiências (achados 1.2 e 1.3);”

¹⁵ “d) adote todas as medidas necessárias à efetiva: (...) ii) implantação do Centro de Controle Operacional – CCO do STPC/DF (achado 1.5);”

¹⁶ “e) informe os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela comissão constituída por meio da Portaria n.º 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021, em relação: i) à resolução das pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021- Semob/DF; ii) à efetividade do controle exercido pela Semob/DF sobre as receitas oriundas dos contratos posteriores às referidas portarias (achados 2.1, 2.2 e 2.3);”

¹⁷ “f) preveja, no edital da futura concorrência do STPC/DF, mecanismos efetivos de controle das receitas a serem compartilhadas entre concessionárias e Poder Concedente (achados 2.1, 2.2 e 2.3);”



A respeito do item III.g da Decisão n.º 3.796/2022¹⁸, a área instrutiva reportou que a resposta da Pasta de Transporte e Mobilidade indica que *“os contratos anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF não podem ser aditivados com o detalhamento de todos os itens locados e dos respectivos valores unitários, visto que não estão mais vigentes.”*

No que se refere ao item III da Decisão n.º 3.353/2022¹⁹, prolatada no âmbito do Processo n.º 00600-00002153/2021-56-e²⁰, o órgão instrutivo asseverou, a partir das alegações da Semob/DF, que *“o levantamento dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção por linhas, só será possível com a implantação do Centro de Controle Operacional – CCO e com a atualização de equipamentos demandada pela Portaria Semob nº 104/2021”*.

Passando ao exame de cumprimento das determinações constantes da Decisão n.º 4.596/2023, a Segem/TCDF concluiu, em relação ao item IV.a daquele *decisum*, que, *“Apesar dos esforços informados pela Secretaria, não houve conclusão da cobrança dos valores devidos pelas concessionárias referentes às pendências de contratos de publicidade anteriores às Portarias nos 83/2021 e 117/2021- Semob/DF.”*

Para o item IV.b da Decisão n.º 4.596/2023, a unidade instrutiva defendeu que *“A realização de auditoria na execução dos contratos de publicidade entre as agências e concessionárias de transporte coletivo do DF na forma prevista no art. 17 da Portaria nº 83/20219 atende, em parte, aos objetivos da diligência em comento.”*

Em relação ao item IV.c da Decisão n.º 4.596/2023, atinente à obrigação de atualização dos equipamentos e recursos tecnológicos relacionados ao Sistema Inteligente de Transporte – SIT e ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, de que trata a Portaria n.º 104/2021-Semob/DF, o corpo instrutivo reportou que *“À peça 219 consta tabela com o indicativo das quantidades de veículos cadastrados no STPC de validadores V-6 instalados”, e que, “Em que pese os esforços da Pasta Distrital, ainda não há o pleno cumprimento da Portaria nº 104/2021-Semob/DF, normativo editado há mais de dois anos.”*

Quanto ao item IV.d da Decisão n.º 4.596/2023, a área instrutiva noticiou que, conforme manifestação da jurisdicionada, *“os trabalhos da comissão instituída mediante a Portaria nº 93/2021- Semob/DF ainda não se encerraram”, sustentando serem “plausíveis as justificativas apresentadas para não ter ocorrido, ainda, a finalização dos trabalhos da referida comissão.”*

Diante disso, a Segem/TCDF ofertou ao Plenário a seguinte proposta de encaminhamento, no que pertine ao mérito da *quaestio*:

“(…)
II - considerar:

¹⁸ “g) em relação aos contratos de locação de espaços publicitários nos veículos do STPC/DF anteriores às Portarias nºs 83/2021 e 117/2021-Semob/DF, adote providências para formalização de aditivos, de modo a fazer constar de forma detalhada todos os itens locados e os respectivos valores unitários;”

¹⁹ “III – determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB/DF que adote as devidas providências para obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real das taxas de ocupação dos veículos do STPC/DF, bem como dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas, dotando o Centro de Controle Operacional - CCO das informações necessárias para tal;”

²⁰ Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo MPJTCDF, versando acerca de suposta ausência de adoção de medidas sanitárias e de proteção à saúde no transporte público no Distrito Federal durante a pandemia de Covid-19.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 9.570/19e

- a. quanto à Decisão nº 3796/2022:
 - a.1. atendido o item III.b.ii;
 - a.2. parcialmente atendidos os itens III.a, III.b.i, III.e.i e III.e.ii;
 - a.3. não atendidos os itens III.b.iii e III.d.ii;
 - a.4. prejudicado o item III.g;
 - b. quanto à Decisão nº 3353/2022, não atendido o item III;
 - c. quanto à Decisão nº 4596/2023, parcialmente atendidos os itens IV.a, IV.b, IV.c e IV.d;
- III - determinar à Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF - Semob/DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes medidas, disso dando ciência ao Tribunal, em reiteração aos itens III.a, III.b.i, III.b.iii, III.d.ii, III.e.i e III.e.ii, da Decisão nº 3796/2022, ao item III da Decisão nº 3353/2022 e aos itens IV.a, IV.b, IV.c e IV.d da Decisão nº 4596/2023:
- a. consolide, monitore e atualize as informações do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em banco de dados georreferenciado (GeoPortal Mobilidade), em cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei Distrital n.º 4.566/2011, de forma a promover o acompanhamento da execução dos custos efetivamente incorridos (achado 1.1);
 - b. em relação ao futuro PDTU/DF:
 - b.1. preveja objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do Distrito Federal (achados 1.2 e 1.3);
 - b.2. estabeleça procedimentos administrativos que possibilitem o controle efetivo sobre o atingimento dos objetivos/metasp do Plano, designando de forma clara os setores competentes para o acompanhamento e fiscalização, permitindo, inclusive, a responsabilização de servidores e gestores por eventuais ineficiências (achados 1.2 e 1.3);
 - c. informe os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela comissão constituída por meio da Portaria n.º 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021;
 - d. conclua implantação do Centro de Controle Operacional – CCO do STPC/DF (achado 1.5), permitindo, inclusive, obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas;
 - e. garanta o efetivo cumprimento da Portaria nº 104/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 16.07.2021;
 - f. relate os resultados alcançados com a auditoria nos contratos de publicidades, prevista no art. 17 da Portaria nº 83/2021, conforme noticiado no Ofício nº 1182/2024 - SEMOB/GAB;
- IV - alertar o titular da Semob/DF que o não atendimento das determinações deste Tribunal no prazo fixado, sem a apresentação das devidas justificativas, poderá ensejar a imposição das sanções pecuniárias previstas no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 272, IV, do Regimento Interno desta Corte de Contas; (...)"

O MPJTCDF, por intermédio do Parecer n.º 546/2024-G1P, da lavra do Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque, opinou de forma convergente.

Após compulsar os autos, entendo que assiste razão aos órgãos instrutivo e ministerial.



Por considerar que o corpo instrutivo analisou as diligências de forma satisfatoriamente adequada, e não vislumbrando reparos às sugestões por ele propugnadas, e com as quais anuiu o *Parquet* especial, adoto, na essência, como razões de decidir os fundamentos consignados na instrução, reproduzidos no relatório precedente.

Diante dos elementos carreados ao feito nesta oportunidade, resta reiterar as determinações pendentes de cumprimento, assinando prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a Pasta de Transporte e Mobilidade encaminhe à Corte documentação comprobatória das medidas adotadas para o fiel atendimento das diligências.

Ainda, considerando o lapso temporal desde que as deliberações *sub examine* foram exaradas, bem como a relevância do tema, mostra-se pertinente a sugestão de alertar o titular da jurisdicionada quanto à possibilidade de aplicação de multa pelo Tribunal, à luz do art. 57, incisos IV e VII, e § 1º da LO/TCDF, no caso de descumprimento de determinação da Corte sem as devidas justificativas.

Ante o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva e com o MPjTCDF, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) do Ofício n.º 1182/2024-SEMOB/GAB (e-DOC 2F110969-c) e da documentação anexa constante do Processo de Barramento n.º 00600-00014171/2023-42-e, encaminhados pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF;
- b) da Informação n.º 91/2024-DIGEM2 (e-DOC 4DC49644-e);
- c) do Parecer n.º 546/2024-G1P (e-DOC 45476B26-e);

II. considere:

- a) em relação à Decisão n.º 3.796/2022:
 - i. atendido o item III.b.ii;
 - ii. parcialmente atendidos os itens III.a, III.b.i, III.e.i e III.e.ii;
 - iii. não atendidos os itens III.b.iii e III.d.ii;
 - iv. prejudicado o item III.g;
- b) em relação à Decisão n.º 3.353/2022, não atendido o item III;
- c) parcialmente cumpridas as diligências constantes do item IV da Decisão n.º 4.596/2023;

III. determine à Semob/DF que, em reiteração aos itens III.a, III.b.i, III.b.iii, III.d.ii, III.e.i e III.e.ii da Decisão n.º 3.796/2022, ao item III da Decisão n.º 3.353/2022 e aos itens IV.a, IV.b, IV.c e IV.d da Decisão n.º 4.596/2023, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes medidas, encaminhando documentação comprobatória a esta Corte:



- a) consolide, monitore e atualize as informações do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em banco de dados georreferenciado (GeoPortal Mobilidade), em cumprimento ao inciso VII do art. 6º da Lei Distrital n.º 4.566/2011, de forma a promover o acompanhamento da execução dos custos efetivamente incorridos (achado 1.1);
 - b) em relação ao futuro Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF:
 - i. preveja objetivos e metas compatíveis com a capacidade financeira do Distrito Federal (achados 1.2 e 1.3);
 - ii. estabeleça procedimentos administrativos que possibilitem o controle efetivo sobre o atingimento dos objetivos/metast do Plano, designando de forma clara os setores competentes para o acompanhamento e fiscalização, permitindo, inclusive, a responsabilização de servidores e gestores por eventuais ineficiências (achados 1.2 e 1.3);
 - c) informe os resultados alcançados com as atividades desenvolvidas pela comissão constituída por meio da Portaria n.º 93/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 31.05.2021;
 - d) conclua a implantação do Centro de Controle Operacional – CCO do STPC/DF (achado 1.5), permitindo, inclusive, a obtenção dos dados relativos ao levantamento em tempo real dos dados referentes à frota efetivamente em operação e em manutenção, por linhas;
 - e) garanta o efetivo cumprimento da Portaria n.º 104/2021-Semob/DF, publicada no DODF de 16.07.2021;
 - f) apresente os resultados alcançados com a auditoria nos contratos de publicidades, prevista no art. 17 da Portaria n.º 83/2021, conforme noticiado no Ofício n.º 1182/2024-SEMOB/GAB;
- IV. alerte o titular da Semob/DF que o não atendimento das determinações deste Tribunal no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a imposição das sanções pecuniárias previstas no art. 57, incisos IV e VII, e § 1º da LO/TCDF;
- V. autorize:
- a) o envio de cópia da Informação n.º 91/2024-DIGEM2, do Parecer n.º 546/2024-G1P, da decisão a ser prolatada e do respectivo Relatório/Voto à Semob/DF;
 - b) o acompanhamento do deslinde do item III.f da Decisão n.º 3796/2022 no âmbito do Processo n.º 00600-00002902/2022-26-e, encaminhando cópia da decisão a ser proferida àqueles autos;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 9.570/19e

c) o retorno dos autos à Segem/TCDF para as providências cabíveis;

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2024

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator